

# A PLURIATIVIDADE NA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA\*

Lenita Maria Marques\*\*

Luiz Antonio Lopes\*\*\*

## RESUMO

*Um dos motivos da ocorrência da pluriatividade nas famílias é o excesso de mão-de-obra na unidade produtiva, tanto pelo fato de as propriedades serem pequenas, quanto por utilizarem tecnologias que reduzem a necessidade de mão-de-obra. Essas famílias se valem da estratégia da saída de seus membros para executarem outros trabalhos e encontram nas atividades não-agrícolas um meio de reprodução. Partindo do pressuposto de que as famílias utilizam a pluriatividade como forma de incrementar a renda familiar e, para muitas famílias rurais, assegurar sua permanência no campo, este artigo tem por objetivo investigar as famílias pluriativas da Mesorregião Metropolitana de Curitiba e dos municípios que a compõem. A análise foi realizada a partir dos microdados da amostra do Censo Demográfico 2000, do IBGE. A escolha dessa região decorre das diferentes características ambientais naturais e socioeconômicas aí encontradas, apresentando, por um lado, áreas densamente povoadas e com uma dinâmica das mais importantes do centro-sul do País e, por outro, áreas isoladas e deprimidas, com baixa densidade populacional.*

**Palavras-chave:** *pluriatividade; ocupação; população rural ocupada; Mesorregião Metropolitana de Curitiba.*

## ABSTRACT

*One reason for the occurrence of pluriactivity in the rural family is related with surplus labor in face of the small size of the land and also in function of the technology intensity. These families have the strategy to work out in others non rural activities in order to survive. This study has the goal of investigate the pluriactivity from the rural families in the metropolitan region of Curitiba, as the rural cannot be seen as a place exclusively for agriculture. The information source used for this study was a microsample from the Demographic Census 2000 - IBGE. The choice for the regions has to do with its many natural environmental and social economics features, which show, areas density populated with one of the most important dynamics from the center-south of the country though being isolated with a low populational density. The occurrence of pluriactivity in rural families can be explained by the surplus labor, which is intrinsically related to the existence of small pieces of land and also to the technology intensity. The survival strategy of these families is based on non rural activities. This paper aims at analysing the pluriactivity of rural families in the metropolitan region of Curitiba, being the microdata from the IBGE's Demographic Census 2000 used for this analysis. This region was chosen because of its different features in socioeconomic as well as environmental terms. In fact, this region shows not only areas highly populated with one of the most important dynamics from the center-south of the country, but also isolated and depressed areas with low population density.*

**Keywords:** *pluriactivity; occupation; rural occupied population; Metropolitan Region of Curitiba.*

\* Este artigo reúne os principais elementos de argumentação da dissertação de mestrado "Ocupação e Rendas da População Rural e a Pluriatividade nas Famílias da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, Paraná", defendida em 2005 no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico – Mestrado Profissionalizante, do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

\*\* Economista, mestre em Desenvolvimento Econômico pela UFPR. Pesquisadora do IPARDES. E-mail: leni@ipardes.pr.gov.br

\*\*\* Economista, doutor em Planejamento de Sistemas Energéticos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor Adjunto do Departamento de Economia da UFPR. E-mail: lopes@ufpr.br

## INTRODUÇÃO

O processo de industrialização da agropecuária e o surgimento de novas atividades no meio rural, não necessariamente ligadas ao setor primário, vêm conferindo uma outra dinâmica a esses espaços no Brasil. Diferentemente do tradicional cenário que sempre esteve atrelado à noção do agrícola, e que ainda se mantém em inúmeras regiões do País, as características que marcam a chamada nova ruralidade brasileira implicam diversificação das inserções produtivas de pessoas ou famílias e de suas fontes de renda.

A discussão sobre a nova ruralidade adquire força a partir de meados da década de 1990 e procura mostrar que o comportamento do emprego rural e os movimentos da população aí residente não dependem mais única e exclusivamente do calendário agrícola. Outros elementos passam a ditar a funcionalidade dessas áreas, tornando difusos os contornos do que seja urbano ou rural. O aumento do tempo livre de trabalho na agricultura – em consequência do uso crescente de procedimentos tecnológicos na função produtiva –, bem como a queda dos preços dos produtos agrícolas – enfraquecendo as fontes de renda dos agricultores –, são fatores que estimulam o trabalhador rural a buscar outras formas de ocupação e de obtenção de renda, no próprio meio agrícola ou fora dele. Por outra parte, o processo contínuo de urbanização gera transformações visíveis não apenas nos espaços onde ocorrem as aglomerações, mas também nos entornos rurais, ao introduzir nessas áreas novos e diferentes vínculos de produção e de consumo.

Conjugado ao desenvolvimento desses processos, cresce em importância o conceito de pluriatividade. Embora ainda em construção, existe uma convergência na compreensão de que a pluriatividade resulta da influência mútua entre fatores endógenos, referentes ao ambiente produtivo e às características familiares, e fatores exógenos, relacionados à demanda por mão-de-obra e ao processo e grau de urbanização e industrialização.

Em poucas décadas, o Paraná deixou de ter a maioria da população habitando em áreas rurais e passou a apresentar um perfil populacional urbano, porém com características regionais heterogêneas. Ao longo desse processo, o declínio da população rural paranaense foi intenso e continuado, ocorrendo na grande maioria dos municípios, em todas as regiões do Estado. No entanto, nesse cenário, é interessante observar que, nos anos 1980, mas principalmente nos anos 1990, cresce a população rural de praticamente todos os municípios que rodeiam Curitiba. Dessa forma, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba<sup>1</sup>, quando comparada às demais mesorregiões paranaenses, passa a concentrar, em 2000, a maior proporção de população rural do Estado.

---

<sup>1</sup> As mesorregiões geográficas constituem unidades de recorte das Unidades da Federação adotadas pelo IBGE para todo o Brasil. Além de possibilitar a agregação de informações municipais para conjuntos maiores de território, permitem a comparabilidade interestadual, bem como a de séries históricas.

Ademais, a RMC vem sendo uma das que apresentam maior crescimento populacional desde os anos 1970, notabilizando-se por sustentar, inclusive na década de 1990, taxas elevadas de incremento. Apresenta, também, uma dinâmica econômica das mais importantes do centro-sul do País. O município de Curitiba, além de ser a capital do Estado, é um pólo industrial, de comércio e de serviços, exercendo forte influência não só nos municípios ao seu redor, mas também em outras regiões do País (IPARDES, 2000). No âmbito da mesorregião, municípios com altas densidades demográficas contrastam com outros de menor densidade, que possuem menos de cinco mil habitantes, a maior parte com perfis ocupacionais associados a atividades agropecuárias e extrativas. Atividades estas que, apesar das restrições ambientais naturais, possuem produção diversificada e importante participação na agropecuária paranaense.

Nesse contexto, o presente artigo visa a identificar a pluriatividade nas famílias da Mesorregião Metropolitana de Curitiba e dos municípios que a compõem, verificando, nas famílias residentes em áreas rurais, os membros que estão ocupados em atividades não-agrícolas, os tipos de ocupações não-agrícolas que ocorrem nas famílias pluriativas e a participação das rendas não-agrícolas nessas famílias.

Na primeira seção faz-se uma breve revisão da discussão sobre a pluriatividade, desde o seu surgimento. Na seqüência tem-se uma rápida caracterização da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, região para a qual será estudada a pluriatividade. Os instrumentos utilizados para investigar o fenômeno pesquisado, bem como a construção de uma tipologia visando agrupar os municípios dessa mesorregião e, dessa forma, auxiliar a análise dos dados, compõem a terceira seção. A quarta seção apresenta os dados trabalhados por meio do arquivo de microdados do Censo Demográfico de 2000, com os tipos das famílias, segundo as atividades dos seus membros ocupados e a pluriatividade na Mesorregião Metropolitana de Curitiba. Por último, têm-se as considerações finais.

## 1 AGRICULTURA EM TEMPO PARCIAL E PLURIATIVIDADE

Nos países desenvolvidos o espaço rural vem sendo caracterizado como multifuncional, ou seja, além de produtor de alimentos e matérias-primas, assume o papel de conservar e preservar a natureza e a paisagem, de abrigar atividades como as de turismo rural, e, também, de funcionar como local preferencial de moradia para segmentos populacionais urbanos. Tendo por referência, particularmente, a experiência européia, com suas políticas agrícolas de sustentação da pequena produção rural e financiamentos para a instalação de outras atividades no meio rural e, no Brasil, o acirramento da luta pela terra, tendo como sujeitos pequenos agricultores expropriados que reivindicam a recuperação do seu modo de vida de produtores independentes, retomaram-se as discussões sobre o rural e seu desenvolvimento.

Para Marsden (1991, *apud* SCHNEIDER, 2003), o espaço rural, que cumpria funções produtivas e alimentares, passa a desenvolver múltiplas atividades produtivas e ocupacionais. Entre as novas funções do rural estão o consumo de bens materiais

e simbólicos (por exemplo, residência, festas, gastronomia), turismo, artesanato e descentralização industrial. Segundo esse autor, a mudança na política agrícola dos países desenvolvidos tem se orientado para a criação de mecanismos novos de regulação social e economia dos espaços rurais, políticas ambientais, planejamento, uso do solo e da água, bem-estar social etc.

Diante de um quadro de desemprego estrutural na Europa – especialmente urbano-industrial e sem perspectivas de mudanças –, a PAC<sup>2</sup> de 1992 dedicou aos agricultores uma atenção para além da visão produtiva, ao introduzir instrumentos de proteção aos produtores de regiões desfavorecidas, através de pagamentos compensatórios, proteção ambiental e reflorestamentos (SILVA, 1999).

Nos EUA, segundo Blakely e Bradshaw (1985, *apud* SILVA, 1999), as políticas rurais são direcionadas para reduzir o isolamento das propriedades rurais (transporte e comunicação) e melhorar as condições de vida (habitação, saúde etc.) e de qualificação de seus habitantes (ensino básico e técnico). Contudo, não se reconhecem as novas necessidades que surgem nas zonas rurais, no pós-industrial, como, por exemplo, aquelas que exigem um novo zoneamento para a definição de áreas de preservação, de moradia e de áreas industriais.

No Brasil, segundo Silva (1997), o meio rural brasileiro se urbanizou nas décadas de 1980 e 1990; por um lado, pelo processo de industrialização da agricultura e, por outro, pelo transbordamento do urbano no espaço rural. Para Kageyama, o desenvolvimento rural brasileiro vem na direção de um desenvolvimento multissetorial, que abrange diversas atividades, além da agrícola. Há uma necessidade de se desenvolver infra-estrutura, serviços e oferta de empregos para assegurar a retenção da população na área rural (KAGEYAMA, 1992 *apud* SILVA, 1997). Segundo Kageyama, na atual fase do desenvolvimento, brasileiro e mundial, com a intensificação da concorrência em escala global, o progresso tecnológico (expresso no aumento da produtividade do trabalho) é fator crucial para a sobrevivência dos capitais. A redução do número de empregos por unidade de capital investido é o outro lado desse processo. Considerando o nível de desemprego urbano já existente e o elevado percentual da população que ainda habita o rural brasileiro, recoloca-se na discussão do desenvolvimento nacional a questão do desenvolvimento rural.

Com a introdução das novas tecnologias no campo – maquinários e equipamentos, sementes melhoradas, fertilizantes e defensivos químicos – ocorreu a diminuição do tempo que o agricultor gastava com sua produção. Com isso, os agricultores (e os demais membros da família) puderam trabalhar fora dos estabelecimentos, em atividades não-agrícolas ou mesmo na agricultura, porém em outras propriedades. Cientistas sociais que estudam esse fenômeno adotaram o nome de *part-time farming*, ou agricultura em tempo parcial.

---

<sup>2</sup> A PAC (Política Agrícola Comum) surgiu a partir do Tratado de Roma (1962), tendo como primeiros signatários Bélgica, França, Itália, Holanda, Luxemburgo e Alemanha. Em 1973 aderiram Dinamarca, Irlanda e Reino Unido, em 1981 a Grécia, em 1986 Portugal e Espanha, e, em 1992, Áustria, Suécia e Finlândia.

O termo 'agricultura em tempo parcial' surgiu em 1930. Até os anos 1950 o foco dos estudos, na Europa e nos Estados Unidos, foi sempre o agricultor, geralmente proprietário de pequenos estabelecimentos, e as fontes de rendas (KAGEYAMA, 1998). Já no final da década de 1950 o conceito de agricultura em tempo parcial incorporou duas novas noções: a família – porque é nela que ocorre a tomada de decisão de praticar agricultura no todo ou em parte – e o tempo de trabalho – que mede o grau de atividade fora da propriedade.

Nos anos de 1960, o debate voltou-se para o efeito das atividades não-agrícolas, praticadas fora da propriedade, sobre o desempenho da propriedade agrícola (KAGEYAMA, 1998). Até então se achava que a agricultura em tempo parcial seria um processo temporário, que ocorreria naturalmente, pois, à medida que o desenvolvimento agrícola fosse ocorrendo, a pequena propriedade viria a desaparecer. Dessa forma, o termo agricultura em tempo parcial foi recebendo conotação negativa. Segundo estudo realizado por Carneiro (1994, *apud* ANJOS, 1995a), no início dos anos 1960, na França, os agricultores que praticavam outras atividades além das agrícolas eram condenados, tanto pelos agricultores *full time farming* – devido ao acesso aos recursos complementares, que, segundo a autora, provocava 'uma concorrência desleal' – quanto pelos sindicatos agrícolas e organizações profissionais, por serem considerados repressores do desenvolvimento agrícola, baseado na especialização.

A partir de meados da década de 1970 e nos primeiros anos da década de 1980, seminários internacionais, livros e periódicos retomaram o debate sobre a agricultura em tempo parcial, em que se estabeleceram dois enfoques: o de que a agricultura em tempo parcial não era um fenômeno temporário como se pensava, e o de que a família, ou o estabelecimento familiar (*household*), era o ponto relevante de análise. Nesse período, os estudiosos sugerem a mudança do termo agricultura em tempo parcial para unidade agrícola familiar de trabalho múltiplo (*multiple job-holding farm household* - MJHFH), que orientaria a análise exclusivamente no tempo de trabalho da unidade familiar. Dessa forma, "estudos sobre as unidades agrícolas familiares de trabalhos múltiplos incorporariam três características fundamentais das famílias: composição demográfica, processo de tomada de decisão e vontades e interesses dos indivíduos, considerando-se suas situações locais e históricas" (FULLER, 1984 *apud* SCHNEIDER, 2003, p.102). No final da década de 1980 foi realizada uma investigação acadêmica nos países ligados à então Comunidade Econômica Européia (*Arkleton Trust Project*<sup>3</sup>), que estudou mais a fundo as unidades familiares rurais que combinavam atividades agrícolas e não-agrícolas. A partir desse estudo, passou-se a utilizar a unidade doméstica como análise e não mais o chefe da propriedade ou o tempo gasto em atividades não-agrícolas. Adotou-se a noção de pluriatividade para entender as múltiplas formas de trabalho e renda das unidades agrícolas.

<sup>3</sup> Constituiu-se em um estudo, realizado entre 1987 e 1991, que abrangeu 24 regiões de 12 países europeus (nove eram membros da Comunidade Européia). É considerado o mais completo e aprofundado trabalho sobre pluriatividade e atividades rurais não-agrícolas.

“A pluriatividade, mais do que um fenômeno desimportante e desaprovado, passa a ser vista, entre outras coisas, como alternativa para reter o processo de desertificação e abandono de áreas rurais economicamente problemáticas, contribuindo, sobretudo, para a manutenção das populações nos espaços agrários” (ANJOS, 1995c, p. 5), principalmente no caso europeu, nas regiões consideradas desfavoráveis (Portugal, Espanha, Sul da Itália, Grécia, Irlanda e Irlanda do Norte).

Mais recentemente, segundo Corona (2003), a discussão sobre a pluriatividade acarretou debates sobre a permanência da agricultura familiar em teses teóricas e metodologicamente diferentes, em três planos fundamentais: (i) nas teses marxistas de Kautsky, Lênin e Engels, em que o capitalismo tenderia a absorver as formas não-capitalistas de produção e, conseqüentemente, haveria a desintegração das formas camponesas. Para essas teses, o capitalismo transformaria o camponês ou em burguês – o produtor se vincularia à lógica capitalista – ou em proletário – o camponês recorreria ao trabalho extra-agrícola, mesmo possuindo um pedaço de terra; (ii) nas teses chayanovianas (Chayanov), que afirmavam existir uma razão econômica camponesa que se diferenciava da lógica capitalista. Nestes casos, o camponês lançaria mão do trabalho externo, aproveitando-se das ofertas de trabalho da sociedade no seu entorno como estratégia da manutenção da família, utilizando-se da lógica do equilíbrio entre produção e consumo; (iii) nas teses neoclássicas (Shultz), para as quais a racionalidade da família camponesa seria a mesma da racionalidade de uma empresa moderna, ou seja, a busca da maximização do lucro. Aqui, a permanência da agricultura familiar estaria vinculada ao seu acesso às novas tecnologias e informações e ao mercado mais dinâmico. A falta desses atributos levaria o camponês à pluriatividade, vista como ineficiência do produtor em se manter na agricultura.

Para Kageyama (1998, p. 535), “o estudo da pluriatividade pode ser feito em diversos níveis analíticos [...] com significados distintos conforme o nível (ou estágio) de desenvolvimento da economia agrícola familiar e seu contexto”. Isto é, a unidade de estudo pode ser a **família**, pois o cálculo do balanço entre tempos de trabalho e rendas pertence ao âmbito familiar e a decisão de um dos membros de combinar atividades não-agrícolas externas à propriedade provoca um reordenamento dos recursos produtivos de toda a família; ou o **indivíduo**, quando a atividade agrícola passa a ter um papel secundário e a família passa a ser o conjunto de qualificações e estratégias profissionais de seus membros.

No Brasil, as discussões sobre um novo modelo de desenvolvimento rural, cuja preocupação central não é o aumento da produção agrícola, mas sim a melhoria das condições de emprego, renda e vida da maior parte da população rural formada pelos agricultores de subsistência e os “sem-sem”<sup>4</sup>, foram fortalecidas pelo Projeto

---

<sup>4</sup> Expressão utilizada pelos pesquisadores do Projeto Urbano para designar a população sem terra, sem emprego fixo, sem qualificação, sem moradia, sem saúde etc.

Rurbano<sup>5</sup>. Segundo esse projeto, o “novo” rural compõe-se de quatro grandes conjuntos: a) a agropecuária moderna, baseada em *commodities* e ligada à agroindústria, o chamado *agribusiness*; b) as atividades de subsistência (agricultura rudimentar e criação de pequenos animais) e os “sem-sem”, que foram expulsos pelo processo de modernização da agricultura; c) conjunto de atividades não-agrícolas, com atividades industriais e de prestação de serviços, atividades voltadas ao turismo, lazer e moradia; d) conjunto de “novas” atividades agropecuárias (que, na verdade, sempre ocorreram, mas não tinham importância econômica), que se tornaram importantes alternativas de emprego, como a horticultura, floricultura, criação de animais exóticos e de caça, piscicultura etc.

No decorrer das pesquisas realizadas pelas equipes do Projeto Rurbano, outro conceito foi incorporado ao processo de análise, o de economia local. Conforme explicitado por Kageyama, a “segunda atividade” (não-agrícola) não ocorre separada do resto da economia, por isso ela sugere que o mercado de trabalho seja um outro nível analítico, além do estudo da pluriatividade. As atividades podem localizar-se em áreas rurais ou urbanas, mas não podem ser muito distantes. Deste modo, é importante “a existência de mercados de trabalho com necessidades que possam ser satisfeitas pelos membros das famílias rurais pluriativas, o que, por sua vez, não depende da delimitação urbano-rural, e sim de características econômicas, sociais, culturais das economias locais” (KAGEYAMA, 1998, p. 536) (grifos da autora).

Segundo essa autora, economia local seria o melhor termo para descrever “o novo tipo de área, mais dinâmica que a rural e que tornou-se periurbana ou de industrialização difusa” (KAGEYAMA, 1998, p. 542).

## 2 A MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Ocupando área total de 2.301.511,9 hectares – que equivale a 11,52% de toda a área do Paraná –, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba compreende o Litoral, o Primeiro Planalto Paranaense e parte do Segundo Planalto (ou Planalto de Ponta Grossa). A região, banhada a leste pelo Oceano Atlântico, faz divisa com o Estado de São Paulo, ao norte; ao sul, faz divisa com o Estado de Santa Catarina e, a sudoeste e oeste, com as Mesorregiões Sudeste e Centro-Oriental, respectivamente. Em seu interior, o Litoral e os planaltos se dividem pela Serra do Mar (Primeiro Planalto e Planície Litorânea) e pela Serra da Escarpa Devoniana – entre o Primeiro e o Segundo Planaltos (IPARDES, 2004).

Em 2000, a mesorregião contava com 859.299,1 hectares de remanescentes florestais, que correspondiam a 37,3% do território da mesorregião e 33,8% da

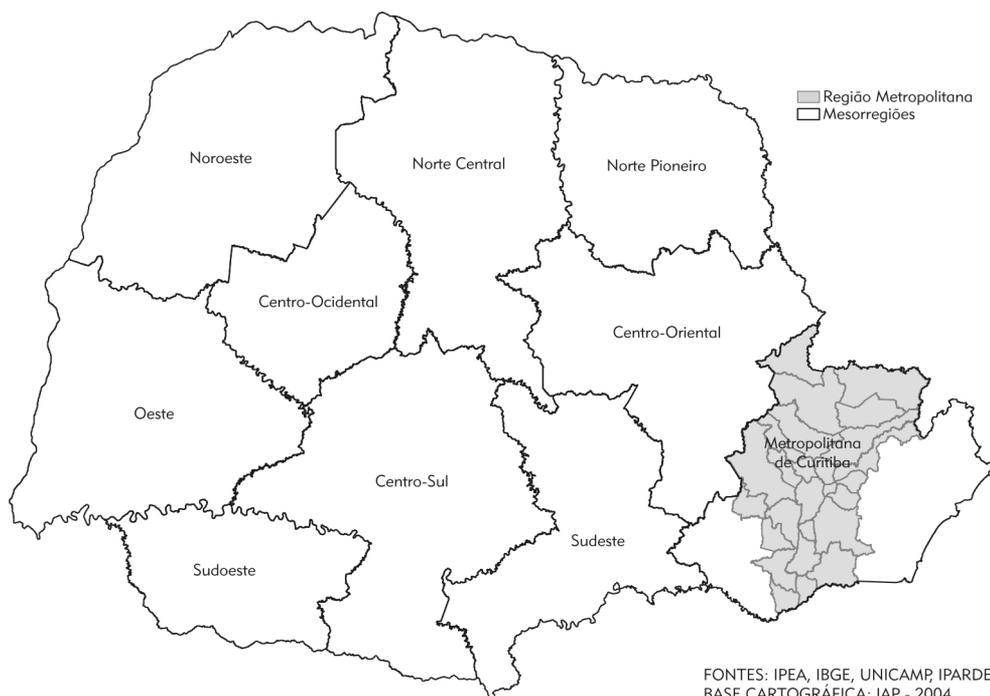
<sup>5</sup> O Projeto Rurbano, comandado pelo professor José Graziano da Silva desde meados da década de 1990, conta com a participação de professores e pesquisadores de diferentes estados do Brasil e está vinculado a 16 instituições de ensino e pesquisa do País. Estudos realizados no âmbito desse projeto têm por objetivo analisar as transformações no emprego rural em 11 unidades do Brasil. Para mais informações sobre o Projeto, ver Silva (1999) ou consultar o site: [www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbaw.html](http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/rurbaw.html).

cobertura florestal remanescente no Paraná. A região possui um total de 59 Unidades de Conservação, sendo 41 de Proteção Integral nos domínios de governo federal, estadual e municipal, e 18 de Uso Sustentável; estas áreas correspondem a 44,3% do território da mesorregião, segundo IPARDES (2004).

Com relação ao uso potencial dos solos, 74% de sua área total é inapta ao uso agropecuário, recomendando-se, para estas áreas, apenas o reflorestamento, restando 26% de áreas aptas a atividades agropecuárias (IPARDES, 2004).

A título de informação, *grosso modo*, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba apresenta três regiões distintas, seja pela morfologia, seja do ponto de vista da dinâmica econômica e social: Litoral, Região Metropolitana de Curitiba e Ribeira. A Região Metropolitana de Curitiba, instituída em 1973 através da Lei Federal nº 14/73, atualmente é composta por 26 municípios (mapa 1).

MAPA 1 - MESORREGIÕES GEOGRÁFICAS DO PARANÁ E REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA



A Mesorregião abrigava, em 2000, 3.053.473 habitantes, dos quais 90,6% localizavam-se em áreas urbanas e 9,4% em áreas rurais. De acordo com os resultados censitários de 2000, dos 37 municípios da mesorregião 20 possuíam população total inferior a 20 mil habitantes e apenas cinco municípios possuíam de 100 mil a 250 mil habitantes. O município mais populoso era Curitiba, com 1.587.315 habitantes;

o segundo maior em população era São José dos Pinhais, com 204.316 habitantes; o município com menor número de habitantes era Tunas do Paraná, com apenas 3.611 pessoas (tabela A.1 do apêndice).

Segundo o Censo Agropecuário 1995-1996, mais de 91 mil pessoas estavam ocupadas em atividades agropecuárias, na Mesorregião Metropolitana de Curitiba. Havia 24.493 estabelecimentos agropecuários, ocupando uma área de 876.073 hectares, que representavam 6,6% do total de estabelecimentos agropecuários do Paraná e ocupavam 5,5% da área do Estado. A pequena propriedade é uma característica da mesorregião. Dos estabelecimentos, 94,8% concentravam-se nos estratos de área com até 100 hectares, sendo que 50,3% dos estabelecimentos possuíam 10 hectares.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Embora venha ocorrendo um interessante e importante debate, no Brasil e no mundo, sobre as delimitações e conceitos do que seja rural e do que seja urbano<sup>6</sup>, no presente estudo esse debate não será considerado, por imposição da fonte de dados utilizada, o Censo Demográfico de 2000, do IBGE, no qual a população recenseada e seus atributos estão determinados pela pesquisa. O Censo considera a situação do domicílio e a atividade em que os moradores do domicílio estão ocupados, portanto não define o local em que se realiza a ocupação, se é no meio rural ou no meio urbano.

Uma vez que a base informacional é um único Censo, o resultado se restringe a um ponto no tempo. Para o estudo da pluriatividade foram consideradas as famílias domiciliadas no urbano e no rural, pois pretende-se verificar não somente a ocorrência deste fenômeno na mesorregião, mas também a existência de famílias agrícolas em áreas urbanas, bem como de famílias não-agrícolas em áreas rurais.

A principal fonte de dados utilizada para este trabalho é a amostra do Censo Demográfico 2000, do IBGE, disponibilizada por meio do arquivo de microdados, que permite resgatar as variáveis que compõem o questionário da amostra, para cada família e pessoa amostrada. Estas informações, expandidas, representam o universo da Mesorregião Metropolitana de Curitiba. Os critérios de situação domiciliar e conceitos definidores das ocupações e rendas seguirão as acepções do IBGE.

Os municípios que compõem a Mesorregião Metropolitana de Curitiba possuem grandes diversidades físicas, sociais e econômicas. Mesmo dentro do agrupamento das microrregiões geográficas do IBGE essas diferenças persistem, o que tornaria mais difícil a análise. Partindo do pressuposto de que a estrutura ocupacional da população rural e suas características estão relacionadas com a economia local, optou-se por criar agrupamentos de municípios, segundo algumas características, como a densidade demográfica, a importância relativa dos setores econômicos nas economias municipais e o grau de desenvolvimento socioeconômico.

<sup>6</sup> O IBGE define perímetro urbano como a "linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal" (IBGE, 2002a, p. 68). Em situação urbana consideram-se as áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Para a obtenção desse agrupamento foi criada uma tipologia, baseada na tipologia dos municípios brasileiros<sup>7</sup>, realizada pelo IBGE em 1991, e na tipologia dos municípios paranaenses<sup>8</sup>, segundo indicadores socioeconômicos e demográficos, realizada pelo IPARDES, em 2003.

Aplicou-se a metodologia do IBGE para os 37 municípios da Mesorregião Metropolitana de Curitiba utilizando-se os dados do Censo Demográfico de 2000, obtendo-se, assim, o agrupamento dos municípios, chamado de Tipologia I (quadro A.1).

A tipologia dos municípios paranaenses, realizada pelo IPARDES, partiu de um conjunto de indicadores médios por município paranaense que, após aplicação das técnicas estatísticas e de análises de agrupamentos sobre os indicadores, resultou na formação de seis grupos de municípios relativamente homogêneos, que foram classificados em “graus de desenvolvimento”: baixo, médio-baixo, médio, médio-alto, alto e Curitiba<sup>9</sup>. A partir dessa tipologia criou-se um novo agrupamento, segundo os graus de desenvolvimento dos municípios da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, chamado de Tipologia II (ver quadro A.1).

Acredita-se que essas duas tipologias, juntas, imprimam uma dimensão dos municípios, tanto do ponto de vista populacional quanto da estrutura econômica que esses municípios apresentam. Arrolaram-se os municípios e suas respectivas classificações nas Tipologias I e II e, após a comparação, criou-se a Tipologia III (ver quadro A.1). Essa classificação reuniu os municípios da Mesorregião Metropolitana de Curitiba em seis grupos:

1. rural com baixo grau de desenvolvimento – Rural-Baixo: oito municípios;
2. rural com médio grau de desenvolvimento – Rural-Médio: sete municípios;
3. urbanos de pequena dimensão demográfica e com médio grau de desenvolvimento – Urbano Pequeno-Médio: seis municípios;
4. urbanos de pequena dimensão demográfica e com alto grau de desenvolvimento – Urbano Pequeno-Alto: seis municípios;
5. urbanos de média dimensão demográfica e com alto grau de desenvolvimento – Urbano Médio-Alto: nove municípios;
6. Pólo – um município.

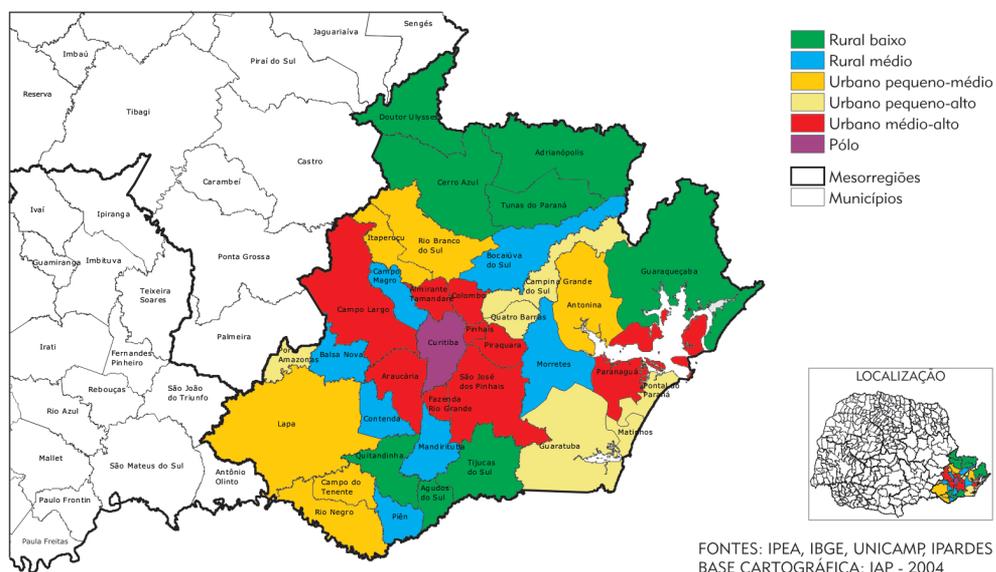
No mapa 2 encontra-se a localização dos municípios da Mesorregião Metropolitana de Curitiba, segundo a classificação dos seis grupos de municípios, na Tipologia III.

<sup>7</sup> A tipologia dos municípios brasileiros teve como finalidade a classificação dos municípios a partir de características estruturais e dimensionais semelhantes. A tipificação procura mostrar, de forma generalizada, a inserção dos municípios na organização socioespacial do País; o processo de urbanização foi o vetor principal na diferenciação dos municípios. Para saber mais sobre essa tipologia, ver IPARDES (2000).

<sup>8</sup> A Tipologia dos Municípios Paranaenses teve por objetivo conhecer o grau de desenvolvimento local, partindo de um conjunto de indicadores socioeconômicos e demográficos. O estudo selecionou indicadores dos municípios paranaenses – relacionados com o crescimento econômico, crescimento populacional, mercado de trabalho, agricultura, educação e infância, urbanização, moradia e meio ambiente – a partir de dados secundários, obtidos de órgãos oficiais, estadual e federal. Esses indicadores foram representativos para determinar o desenvolvimento dos municípios, e a tipologia empregada distingue os municípios mais dinâmicos e os menos dinâmicos. Para saber mais sobre essa tipologia, ver **Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores socioeconômicos e demográficos**. Curitiba: IPARDES, 2003.

<sup>9</sup> O município de Curitiba apresentou resultados significativos em relação aos demais, os quais alterariam os resultados do grupo ao qual viesse a pertencer. Assim, decidiu-se classificá-lo em um único grupo.

MAPA 2 - GRUPOS DE MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, SEGUNDO A TIPOLOGIA III - PARANÁ - 2000



#### 4 A PLURIATIVIDADE NA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

O conceito de pluriatividade vem sendo construído ao longo das últimas duas décadas, porém predomina entre os pesquisadores deste assunto a opinião de que este fenômeno deve ser analisado no conjunto das famílias ou domicílios. Um dos motivos da ocorrência da pluriatividade nas famílias é a existência de excesso de mão-de-obra na unidade produtiva. As pequenas propriedades e/ou as que utilizam tecnologias diminuidoras da necessidade de mão-de-obra valem-se da estratégia da saída de seus membros para executarem outros trabalhos e encontram nas atividades não-agrícolas um meio de reprodução. Alguns autores entendem que a pluriatividade ocorre, também, quando indivíduos combinam atividades agrícolas dentro e fora da propriedade. Como o Censo Demográfico não identifica a localização (urbana ou rural) em que se desenvolvem as ocupações e o tipo de atividade da segunda ocupação de um mesmo indivíduo, a definição de pluriatividade se restringirá ao fenômeno da presença de atividades em diferentes setores, no trabalho principal<sup>10</sup>, dos membros de uma mesma família.

<sup>10</sup> Por trabalho principal considerou-se aquele ao qual a pessoa, acima de 10 anos de idade, dedicou o maior número de horas normalmente trabalhadas por semana. Nos casos de igualdade, foi considerado principal aquele que a pessoa possuía há mais tempo, independente de ser remunerado ou não. Persistindo a igualdade, o trabalho que proporcionou maior rendimento foi considerado o principal.

Para verificar a pluriatividade das famílias, tomou-se o total de famílias<sup>11</sup>, urbanas e rurais, que tivessem pelo menos uma pessoa ocupada no período de referência<sup>12</sup> do Censo. Em seguida, verificou-se a existência de pessoas ocupadas em atividades agrícolas. Nos casos em que todas as pessoas ocupadas da família trabalhavam em atividades agrícolas, esta foi classificada como **família agrícola**; nos casos em que todas as pessoas ocupadas estavam executando atividades não-agrícolas a família foi classificada como **não-agrícola**. Nas situações em que, na mesma família, havia pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas, a família foi enquadrada como **pluriativa**. Não foram consideradas as famílias cuja totalidade dos integrantes estava inativa.

Comparativamente às demais mesorregiões do Paraná, a Metropolitana de Curitiba, em 2000, foi a que apresentou a menor proporção de famílias agrícolas (4%) e de pluriativas (2,1%). No entanto, quando comparadas em números absolutos, as famílias agrícolas da Mesorregião Metropolitana de Curitiba superaram as das mesorregiões Centro-Oriental e Centro-Occidental. Com relação às famílias pluriativas, essa mesorregião apresentou, nesta condição, um total de famílias superior ao das mesorregiões Centro-Occidental, Norte Pioneiro, Centro-Oriental, Sudoeste, Centro-Sul e Sudeste (tabela 1).

TABELA 1 - NÚMERO ABSOLUTO E RELATIVO DOS TIPOS DE FAMÍLIA, SEGUNDO TIPO E MESORREGIÃO - PARANÁ - 2000

MESORREGIÃO	TIPO DE FAMÍLIA							
	Agricultora		Pluriativa		Não-agrícola		TOTAL	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Noroeste	41.582	25,5	18.901	11,6	102.323	62,8	162.805	100,0
Centro-Occidental	23.754	28,6	8.106	9,8	51.235	61,7	83.095	100,0
Norte Central	61.653	13,1	28.905	6,1	379.967	80,8	470.525	100,0
Norte Pioneiro	40.791	30,3	15.023	11,2	78.875	58,6	134.689	100,0
Centro-Oriental	22.124	15,1	7.762	5,3	116.186	79,5	146.072	100,0
Oeste	46.840	16,3	18.940	6,6	221.936	77,1	287.716	100,0
Sudoeste	38.724	32,6	11.003	9,3	69.113	58,2	118.840	100,0
Centro-Sul	37.413	30,5	11.120	9,1	74.276	60,5	122.809	100,0
Sudeste	31.688	36,0	7.383	8,4	48.980	55,6	88.051	100,0
Metropolitana de Curitiba	30.634	4,0	16.028	2,1	727.254	94,0	773.916	100,0
PARANÁ	375.203	15,7	143.171	6,0	1.870.144	78,3	2.388.519	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

<sup>11</sup> Para este trabalho foi considerada a família extensa, conforme conceito do IBGE, que define família como o conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, ou dependência doméstica, ou normas de convivência, residentes em domicílio particular. São considerados, além da família nuclear, os parentes destas que vivem no mesmo local (mesmo que formem outro casal) e os agregados.

<sup>12</sup> O Censo Demográfico 2000, do IBGE, considerou pessoas ocupadas, no período de referência, aquelas que na semana entre 23 e 29 de julho de 2000 realizaram algum tipo de atividade remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou em benefícios, na totalidade ou em parte da semana, inclusive a atividade na preparação de algum produto, venda ou prestação de algum serviço no próprio domicílio; tinham algum tipo de atividade remunerada, mas estavam temporariamente afastadas por motivo de férias, licença, falta voluntária, doença, más condições de tempo ou outra razão; ajudaram sem remuneração, como aprendiz ou estagiário, no trabalho exercido por pessoa conta-própria ou empregador e morador do domicílio; ou ajudaram, sem remuneração, no trabalho exercido por pessoa moradora do domicílio empregada em atividade de cultivo, extração vegetal, criação de animais, caça, pesca ou garimpo.

Para os grupos de municípios<sup>13</sup>, verifica-se que apenas no grupo Rural-Baixo a maioria das famílias é agrícola (48,9%) – tabela 2. Este grupo apresentou também, em 2000, o maior percentual de famílias pluriativas, 12,3%. O grupo Rural-Médio, comparado aos demais grupos da mesorregião, apresentou a segunda maior participação de famílias agrícolas, bem como de famílias pluriativas.

Em relação ao número absoluto, verifica-se que os grupos Urbano Médio-Alto e Rural-Médio apresentaram os maiores números de famílias pluriativas.

TABELA 2 - NÚMERO ABSOLUTO E RELATIVO DE FAMÍLIAS, SEGUNDO TIPO E GRUPOS DE MUNICÍPIOS DA TIPOLOGIA III - MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2000

GRUPO DE MUNICÍPIOS	TIPO DE FAMÍLIA						TOTAL	
	Agricultora		Pluriativa		Não-agrícola		Abs.	%
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%		
Rural-Baixo	8.378	48,9	2.100	12,3	6.644	38,8	17.122	100,0
Rural-Médio	5.261	23,0	2.695	11,8	14.946	65,3	22.901	100,0
Urbano Pequeno-Médio	6.108	18,9	2.070	6,4	24.116	74,7	32.294	100,0
Urbano Pequeno-Alto	1.942	6,6	1.310	4,5	26.155	88,9	29.406	100,0
Urbano Médio-Alto	7.334	2,9	5.312	2,1	237.297	94,9	249.943	100,0
Pólo	1.612	0,4	2.542	0,6	418.096	99,0	422.250	100,0
MESORREGIÃO	30.634	4,0	16.028	2,1	727.254	94,0	773.916	100,0

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Nas situações em que a família não dispõe de terra suficiente, ou quando há mão-de-obra excedente na unidade produtiva, ela tende a liberar seus membros em busca de outros trabalhos e, muitas vezes, encontra nas atividades não-agrícolas uma forma de garantir o equilíbrio entre trabalho e consumo. Nas situações em que a família possui filhos pequenos ou em que resta apenas o casal de idosos, a demanda por trabalho não-agrícola costuma ser menor.

A demografia considera a população formada por pessoas com idade entre 15 e 64 anos como população potencialmente ativa ou população em idade ativa, pois estaria, via de regra, apta a desempenhar alguma atividade produtiva (IBGE, 2004). Na tabela 3 está apresentada, segundo o Censo 2000, a distribuição percentual das pessoas, nos três grupos etários – de 0 a 14 anos, de 15 a 64 anos, e de 65 anos e mais – para os três tipos de famílias. Nesta tabela encontra-se, também, o número médio de membros nas famílias para os cinco grupos de municípios e o conjunto da mesorregião.

<sup>13</sup> Ver Tipologia III para os municípios da Mesorregião Metropolitana de Curitiba no quadro A.1.

TABELA 3 - TOTAL DE PESSOAS, DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL NAS FAIXAS ETÁRIAS E NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS POR TIPO DE FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE MUNICÍPIOS DA TIPOLOGIA III - MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2000

GRUPO DE MUNICÍPIOS	TOTAL DE PESSOAS NOS TIPOS DE FAMÍLIAS, DISTRIBUIÇÃO % DAS PESSOAS NAS FAIXAS ETÁRIAS E Nº MÉDIO DE MEMBROS POR FAMÍLIA				
	Família Agrícola				
	0 a 14 anos (%)	15 a 64 anos (%)	65 anos e mais (%)	Total (Abs.)	N.º médio de membros na família
Rural-Baixo	36,1	58,9	5,0	30.705	3,7
Rural-Médio	31,2	61,9	6,9	18.059	3,4
Urbano Pequeno-Médio	33,9	62,0	4,1	22.261	3,6
Urbano Pequeno-Alto	36,4	59,2	4,5	6.947	3,6
Urbano Médio-Alto	31,2	63,0	5,8	25.214	3,4
Pólo	22,1	67,4	10,5	4.547	2,8
MESORREGIÃO	33,1	61,4	5,5	107.732	3,5
GRUPO DE MUNICÍPIOS	TOTAL DE PESSOAS NOS TIPOS DE FAMÍLIAS, DISTRIBUIÇÃO % DAS PESSOAS NAS FAIXAS ETÁRIAS E Nº MÉDIO DE MEMBROS POR FAMÍLIA				
	Família Pluriativa				
	0 a 14 anos (%)	15 a 64 anos (%)	65 anos e mais (%)	Total (Abs.)	N.º médio de membros na família
Rural-Baixo	30,5	66,8	2,7	9.856	4,7
Rural-Médio	26,7	70,0	3,3	12.260	4,5
Urbano Pequeno-Médio	29,5	68,4	2,0	9.460	4,6
Urbano Pequeno-Alto	30,1	67,8	2,1	5.681	4,3
Urbano Médio-Alto	26,2	70,5	3,3	23.323	4,4
Pólo	19,8	76,8	3,4	10.283	4,0
MESORREGIÃO	26,7	70,3	3,0	70.865	4,4
GRUPO DE MUNICÍPIOS	TOTAL DE PESSOAS NOS TIPOS DE FAMÍLIAS, DISTRIBUIÇÃO % DAS PESSOAS NAS FAIXAS ETÁRIAS E Nº MÉDIO DE MEMBROS POR FAMÍLIA				
	Família Não-agrícola				
	0 a 14 anos (%)	15 a 64 anos (%)	65 anos e mais (%)	Total (Abs.)	N.º médio de membros na família
Rural-Baixo	36,7	60,6	2,7	24.040	3,6
Rural-Médio	34,3	63,5	2,2	53.959	3,6
Urbano Pequeno-Médio	33,3	64,0	2,7	87.740	3,6
Urbano Pequeno-Alto	33,3	64,6	2,1	91.227	3,5
Urbano Médio-Alto	32,8	65,3	1,9	849.136	3,6
Pólo	26,1	70,5	3,3	1.382.236	3,3
MESORREGIÃO	29,2	68,1	2,7	2.488.337	3,4

FONTES: IBGE - Censo Demográfico

Verifica-se que as famílias pluriativas apresentaram, em todos os grupos de municípios, a maior média de pessoas por família, mínimo de quatro (no Pólo) e máximo de 4,7 (no Rural-Baixo). Além disso, as famílias pluriativas apontaram os maiores percentuais de pessoas na faixa etária entre 15 e 64 anos, ou seja, pessoas potencialmente ativas, com média de 70,3% para a mesorregião.

Outra constatação que os resultados contidos na tabela 3 mostram é que nas famílias agrícolas o percentual de membros com idade igual ou superior a 65 anos é maior, comparativamente às famílias pluriativas ou não-agrícolas, em todos os grupos de municípios.

Com o intuito de verificar quais os tipos de famílias que auferiram os maiores rendimentos em decorrência do trabalho principal de seus membros, levantaram-se os rendimentos médios mensais *per capita* das famílias, segundo o Censo Demográfico 2000. Optou-se por apresentar os resultados em cinco classes de rendimento, para cada tipo de família, partindo da classe de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo.

Os maiores percentuais de famílias com rendimentos *per capita* de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo (s.m.) foram referentes às famílias agrícolas, 44,3% na média da mesorregião (tabela 4); esta classe de rendimento foi a que registrou os maiores percentuais para esse tipo de família, com exceção do Pólo, que apresentou a maioria de suas famílias agrícolas na classe de rendimento maior do que 1 s.m. a 2 salários mínimos. Ainda em relação às famílias agrícolas, ao se somarem as classes de até  $\frac{1}{2}$  s.m. e acima de  $\frac{1}{2}$  a 1 s.m. verifica-se que mais de 60% das famílias agrícolas estavam distribuídas nessas duas classes de rendimento mensal *per capita*.

Os grupos de municípios apresentaram resultados diferentes em todos os tipos de famílias e classes de rendimentos. O grupo Rural-Baixo, comparativamente aos demais grupos, apresentou os maiores percentuais de famílias distribuídas nas classes de rendimento mais baixos (até 1 salário mínimo), sendo que, para a maioria das famílias (agrícolas, pluriativas e não-agrícolas), o rendimento médio *per capita*, em 2000, era de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. O Pólo, por sua vez, apresentou os menores percentuais nessa classe de rendimento, nos três tipos de família (ver tabela 4).

As famílias pluriativas mostraram uma melhor distribuição nas classes de rendimento, comparativamente às famílias agrícolas, mas foram as famílias não-agrícolas que apresentaram maiores proporções de famílias nas classes de rendimento acima de 2 salários mínimos (ver tabela 4). Os resultados revelam que na Mesorregião Metropolitana de Curitiba as atividades não-agrícolas remuneraram melhor que as agrícolas e sugerem que a pluriatividade é uma estratégia acertada das famílias para elevar a renda.

TABELA 4 - TOTAL DE FAMÍLIAS E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR CLASSE DE RENDIMENTO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA, NOS TIPOS DE FAMÍLIAS, SEGUNDO OS GRUPOS DE MUNICÍPIOS DA TIPOLOGIA III - MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2000

GRUPO DE MUNICÍPIOS	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIOS-MÍNIMOS)					
	Família Agrícola					
	Até ½ (%)	> ½ a 1 (%)	> 1 a 2 (%)	> 2 a 4 (%)	> 4 e mais (%)	TOTAL (Abs.)
Rural-Baixo	57,3	25,4	11,7	3,9	1,8	8.378
Rural-Médio	40,8	29,4	18,4	7,1	4,4	5.261
Urbano Pequeno-Médio	49,7	29,5	12,7	5,5	2,7	6.108
Urbano Pequeno-Alto	41,5	30,5	18,8	7,2	2,0	1.942
Urbano Médio-Alto	33,9	31,4	21,1	7,3	6,3	7.334
Pólo	17,7	22,8	26,4	10,7	22,4	1.612
MESORREGIÃO	44,3	28,5	16,5	6,1	4,6	30.634

GRUPO DE MUNICÍPIOS	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIOS-MÍNIMOS)					
	Família Pluriativa					
	Até ½ (%)	> ½ a 1 (%)	> 1 a 2 (%)	> 2 a 4 (%)	> 4 e mais (%)	TOTAL (Abs.)
Rural-Baixo	33,3	32,2	23,5	7,5	3,6	2.100
Rural-Médio	17,4	37,4	31,5	7,9	5,8	2.695
Urbano Pequeno-Médio	20,6	40,7	28,4	5,8	4,4	2.070
Urbano Pequeno-Alto	11,7	34,4	35,7	11,0	7,2	1.310
Urbano Médio-Alto	10,6	29,8	34,8	17,6	7,2	5.312
Pólo	3,5	17,1	26,0	23,1	30,2	2.542
MESORREGIÃO	15,0	31,2	30,6	13,5	9,8	16.028

GRUPO DE MUNICÍPIOS	RENDIMENTO MÉDIO MENSAL FAMILIAR PER CAPITA (SALÁRIOS-MÍNIMOS)					
	Família Não-agrícola					
	Até ½ (%)	> ½ a 1 (%)	> 1 a 2 (%)	> 2 a 4 (%)	> 4 e mais (%)	TOTAL (Abs.)
Rural-Baixo	27,6	27,3	24,8	12,4	7,9	6.644
Rural-Médio	15,7	29,2	29,9	17,2	8,0	14.946
Urbano Pequeno-Médio	20,3	28,3	28,4	13,7	9,3	24.116
Urbano Pequeno-Alto	13,2	27,0	32,2	17,7	10,0	26.155
Urbano Médio-Alto	10,9	25,5	33,4	20,1	10,1	237.297
Pólo	5,0	14,0	24,4	23,8	32,8	418.096
MESORREGIÃO	8,2	19,1	27,9	21,8	23,0	727.254

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Para se conhecer a distribuição dos tipos de famílias nas áreas urbanas e rurais na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, desagregaram-se as informações segundo a situação do domicílio e, como já era esperado, verificou-se que as famílias pluriativas estavam em maior número nas áreas rurais, 13% em média (tabela 5). Os grupos Urbano Pequeno-Médio (15%), Rural-Médio (14,5%) e Urbano Pequeno-Alto (14,5) apresentaram os maiores percentuais de famílias pluriativas em áreas rurais. Outra constatação foi a de que apenas os grupos Rural-Baixo e Urbano Pequeno-Médio possuíam, em 2000, nas áreas rurais, maioria de famílias agrícolas.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS FAMÍLIAS, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E TIPO, SEGUNDO OS GRUPOS DE MUNICÍPIOS DA TIPOLOGIA III - MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2000

GRUPO DE MUNICÍPIOS	URBANO				RURAL			
	Famílias Agrícolas (%)	Famílias Pluriativas (%)	Famílias Não-Agrícolas (%)	Total de Famílias (Abs.)	Famílias Agrícolas (%)	Famílias Pluriativas (%)	Famílias Não-Agrícolas (%)	Total de Famílias (Abs.)
Rural-Baixo	12,4	8,7	78,9	3.831	59,4	13,3	27,2	13.291
Rural-Médio	9,7	6,4	83,9	7.635	29,6	14,5	55,9	15.267
Urbano Pequeno-Médio	3,9	3,0	93,1	23.192	57,3	15,0	27,7	9.101
Urbano Pequeno-Alto	2,9	3,0	94,1	25.739	32,4	14,5	53,1	3.667
Urbano Médio-Alto	1,1	1,1	97,8	225.275	20,1	11,1	68,8	24.668
Pólo	0,4	0,6	99,0	422.250	-	-	-	-
MESORREGIÃO	1,0	1,0	98,0	707.921	36,0	13,0	50,9	65.995

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

#### 4.1 AS FAMÍLIAS PLURIATIVAS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

Partindo-se do pressuposto de que as famílias utilizam a pluriatividade como estratégia para incrementar a renda familiar e, para muitas famílias rurais, assegurar sua permanência no campo, pretende-se investigar, nesta seção, as famílias pluriativas da Mesorregião Metropolitana de Curitiba a partir de três questionamentos: quais são os membros das famílias pluriativas que exercem as atividades não-agrícolas? Em que atividades não-agrícolas essas pessoas trabalham? Qual é a participação média dos rendimentos não-agrícolas nas rendas totais das famílias pluriativas?

Para responder à primeira questão, levantou-se, a partir dos microdados do Censo 2000, o total de pessoas que estavam ocupadas em atividades não-agrícolas nas famílias pluriativas, e verificou-se qual era a posição destas na família, em relação ao responsável pela família. Na tabela 6 pode-se observar que os filhos/enteados eram a maioria dos que se ocupavam de atividades não-agrícolas, 42,6% em média, na mesorregião. Em seguida, com participação bem inferior, vinham os cônjuges (26,8%) e os responsáveis pela família (24,4%).

TABELA 6 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL EM RELAÇÃO À POSIÇÃO NA FAMÍLIA, SEGUNDO OS GRUPOS DE MUNICÍPIOS DA TIPOLOGIA III - MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2000

GRUPO DE MUNICÍPIOS	PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS						Total	
	Responsável pela Família (%)	Cônjuge (%)	Filho(a), Enteado(a) (%)	Outro Parente (%)	Outro <sup>(1)</sup> (%)	Abs.	%	
Rural-Baixo	23,4	27,6	46,0	2,5	0,6	2.696	100,0	
Rural-Médio	20,9	24,7	47,0	6,0	1,5	3.677	100,0	
Urbano Pequeno-Médio	22,7	30,7	44,0	2,0	0,6	2.565	100,0	
Urbano Pequeno-Alto	24,9	36,2	35,1	2,7	1,1	1.824	100,0	
Urbano Médio-Alto	25,6	24,0	44,1	5,4	0,8	7.779	100,0	
Pólo	26,8	26,8	35,8	7,4	3,2	4.087	100,0	
MESORREGIÃO	24,4	26,8	42,6	4,9	1,3	22.628	100,0	

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

(1) Agregado, pensionista, empregado doméstico.

Entre os grupos de municípios, o Urbano Pequeno-Alto e o Pólo apresentaram um percentual menor de filhos/enteados em ocupações não-agrícolas, 35,1% e 35,8%, respectivamente; o grupo Rural-Baixo (46%) e Rural-Médio (47%), por sua vez, apresentaram os maiores percentuais de filhos/enteados em atividades não-agrícolas (ver tabela 6).

Para investigar em que tipos de atividades não-agrícolas os membros ocupados das famílias pluriativas estavam inseridos, decidiu-se separar as informações por situação de domicílio, com a finalidade de identificar e comparar, dentro de um mesmo grupo de municípios, quais atividades ocupavam mais pessoas e qual era a situação de domicílio dessas pessoas ocupadas.

As atividades que ocupavam a maior parte das pessoas das famílias pluriativas urbanas, na mesorregião, eram as ligadas ao **comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis** (18,2%), destacando as atividades do 'comércio de produtos alimentícios, bebidas e fumo', 'comércio de mercadorias em geral – inclusive mercadorias usadas' e 'serviços de reparação e manutenção de serviços automotores' (tabela 7). Para as pessoas domiciliadas no rural, os **serviços domésticos** tiveram maior participação (19,7%). As atividades na **indústria de transformação** aparecem em segundo lugar, tanto para o urbano quanto para o rural, com 17,1% e 18,8%, respectivamente, com destaque para a 'fabricação de produtos de madeira', 'fabricação de móveis e indústrias diversas', 'fabricação de produtos alimentícios e bebidas' e 'fabricação de produtos de minerais não-metálicos'.

TABELA 7 - TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADE NÃO-AGRÍCOLA NAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS E DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL, NOS GRUPOS DE MUNICÍPIOS E MESORREGIÃO, SEGUNDO SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E TIPO DE ATIVIDADE - MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2000

ATIVIDADE	DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL E TOTAL DE PESSOAS OCUPADAS EM ATIVIDADES NÃO-AGRÍCOLAS NAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS														
	Urbano							Rural							
	Rural-Baixo (%)	Rural-Médio (%)	Urbano Pequeno-Médio (%)	Urbano Médio-Alto (%)	Urbano Médio-Alto (%)	Pólo (%)	Total Abs.	%	Rural-Baixo (%)	Rural-Médio (%)	Urbano Pequeno-Médio (%)	Urbano Médio-Alto (%)	Urbano Médio-Alto (%)	Total Abs.	%
Indústria extrativa	0,8	0,0	0,0	0,0	1,2	0,0	54	0,5	1,4	0,3	2,0	0,0	0,0	99	0,9
Indústria de transformação	7,1	16,9	15,6	10,5	20,0	17,4	1.946	17,1	14,5	25,3	22,0	10,7	16,4	2.112	18,8
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,5	25	0,2	0,6	0,3	0,0	0,0	0,2	29	0,3
Construção	6,0	3,7	12,0	10,3	7,2	7,1	861	7,6	11,0	8,8	8,8	7,3	10,5	1.091	9,7
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, e comércio a varejo de combustíveis	15,9	19,3	15,2	25,3	16,6	18,5	2.073	18,2	12,6	14,3	10,5	16,0	12,0	1.433	12,8
Alojamento e alimentação	10,9	9,5	1,3	6,7	8,2	3,8	698	6,1	5,2	2,2	2,8	6,3	5,4	472	4,2
Transporte, armazenagem e comunicação	8,8	3,7	3,8	3,4	7,9	5,6	688	6,0	6,5	4,3	4,4	3,3	7,3	638	5,7
Intermediação financeira	1,9	0,0	0,6	0,7	0,6	1,8	117	1,0	0,0	0,6	0,0	0,0	0,0	19	0,2
Atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados às empresas	8,1	2,2	6,1	5,5	3,6	7,8	635	5,6	3,1	1,9	1,8	8,2	4,3	371	3,3
Administração pública, defesa e seguridade social	15,0	9,8	10,0	4,4	3,2	4,6	601	5,3	7,4	6,4	7,8	5,9	3,9	672	6,0
Educação	10,9	8,6	11,3	6,1	4,6	8,7	828	7,3	9,4	7,2	12,1	5,8	8,0	963	8,6
Saúde e serviços sociais	2,5	4,9	7,3	2,2	2,8	3,8	407	3,6	2,0	1,7	2,8	1,3	2,3	236	2,1
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	0,9	1,8	2,0	4,1	3,1	5,3	425	3,7	4,9	3,7	1,5	5,9	3,7	424	3,8
Serviços domésticos	7,7	16,0	12,5	17,8	18,5	12,4	1.730	15,2	17,2	19,2	21,9	21,7	20,2	2.214	19,7
Atividades mal especificadas	3,4	3,6	1,7	2,9	2,5	2,7	301	2,6	3,9	3,9	1,5	7,7	5,0	465	4,1

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

Comparando-se a mesma atividade, segundo a situação do domicílio (urbano e rural), verifica-se que, no conjunto da mesorregião, não ocorreram grandes variações, ou seja, as atividades concentravam mais ou menos pessoas, tanto para as famílias pluriativas urbanas quanto para as rurais (ver tabela 7).

Ao se comparar cada atividade em um mesmo grupo de municípios, segundo a situação do domicílio, verifica-se que, com exceção do Urbano Médio-Alto (e do Pólo, que não possui área rural), todos os grupos de municípios apresentaram maiores participações de pessoas ocupadas na **indústria de transformação**. As famílias pluriativas domiciliadas no rural apresentaram, também, em todos os grupos de municípios, participações maiores na atividade de serviços domésticos do que nas famílias pluriativas urbanas.

Os grupos Rural-Baixo e Urbano Médio-Alto tiveram maiores participações de membros das famílias pluriativas rurais nos **serviços domésticos**; no Rural-Médio e Urbano Pequeno-Médio foram as atividades ligadas à **indústria de transformação**; já o grupo Urbano Pequeno-Alto apresentou maior participação de pessoas rurais nas atividades ligadas ao **comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis** (ver tabela 7).

Para se conhecer a importância das rendas não-agrícolas na renda total das famílias pluriativas, foram somadas todas as rendas destas famílias; posteriormente, foram separadas as rendas relativas ao trabalho principal e, finalmente, levantadas somente as rendas do trabalho principal não-agrícola. Na tabela 8 as rendas estão ordenadas da seguinte forma: na primeira coluna está a renda média familiar – em salários mínimos<sup>14</sup> auferida pelas famílias pluriativas, em 2000; a seguir, na segunda coluna, está a participação da renda familiar do trabalho (somente do trabalho principal), em relação à renda média familiar; na terceira coluna está a participação da renda familiar do trabalho não-agrícola em relação à renda média familiar, e na quarta coluna encontra-se a participação da renda familiar do trabalho não-agrícola em relação à renda de todos os trabalhos.

TABELA 8 - RENDA TOTAL DAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS (MÉDIA EM SALÁRIOS-MÍNIMOS), PARTICIPAÇÃO DAS RENDAS DO TRABALHO PRINCIPAL E DOS TRABALHOS DE ORIGEM NÃO-AGRÍCOLA NA RENDA TOTAL, E PARTICIPAÇÃO DA RENDA DO TRABALHO PRINCIPAL NÃO-AGRÍCOLA NA RENDA DO TRABALHO PRINCIPAL, SEGUNDO OS GRUPOS DE MUNICÍPIOS DA TIPOLOGIA III - MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2000

GRUPO DE MUNICÍPIOS	FAMÍLIAS PLURIATIVAS			
	Renda Total <sup>(1)</sup> (média em salários-mínimos)	Renda do Trabalho Principal <sup>(2)</sup> (% na renda total)	Renda do Trabalho Principal de Origem Não-Agrícola	
			% na renda total	% na renda do trabalho principal
Rural-Baixo	4,6	84,5	48,0	56,9
Rural-Médio	7,3	90,5	51,5	57,0
Urbano Pequeno-Médio	5,2	87,3	40,7	46,6
Urbano Pequeno-Alto	6,5	90,8	48,1	52,9
Urbano Médio-Alto	7,2	87,3	54,2	62,2
Pólo	18,0	82,0	46,6	56,8
MESORREGIÃO	8,3	86,0	49,3	57,3

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

(1) Soma de todas as rendas da família.

(2) Soma de todas as rendas do trabalho principal dos membros da família.

<sup>14</sup> O valor do salário mínimo na data de referência do Censo Demográfico 2000 era de R\$ 151,00 (cento e cinquenta e um reais).

A renda média familiar das famílias pluriativas na Mesorregião Metropolitana de Curitiba foi de 8,3 salários mínimos (ver tabela 8). Somente o Pólo superou essa média (18 s.m.); nos demais grupos de municípios as médias foram inferiores, com o Rural-Baixo apresentando quase metade desse valor (4,6 s.m.). Excetuando o Pólo, o grupo Rural-Médio apresentou a maior renda média familiar (7,3 s.m.).

No conjunto da mesorregião, as rendas dos trabalhos representavam a principal fonte de rendimentos para as famílias pluriativas, em média 86% da renda total familiar, chegando a 90,8% no grupo Urbano Pequeno-Alto (ver tabela 8).

As rendas não-agrícolas representavam 49,3% do rendimento total das famílias pluriativas. Entre os grupos de municípios, o Urbano Médio-Alto apresentou a maior participação, 54,2%, e o Urbano Pequeno-Médio apresentou a menor participação, 40,7%. Constatou-se, assim, que na Mesorregião Metropolitana de Curitiba a renda proveniente do trabalho principal não-agrícola é muito importante na composição das rendas da família pluriativa. Essa relevância fica ainda mais evidente ao se avaliar o peso das rendas não-agrícolas na soma das rendas do trabalho principal. Com exceção do grupo Urbano Pequeno-Médio, para o qual as rendas não-agrícolas representavam menos de 50% da renda de todos os trabalhos, os demais grupos apresentaram participações superiores a 50%, chegando a 62,2%, no Urbano Médio-Alto.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o objetivo deste artigo tenha sido identificar a pluriatividade<sup>15</sup> na Mesorregião Metropolitana de Curitiba, não se pode deixar de apontar a alta proporção de famílias residentes no rural, classificadas como famílias não-agrícolas. Das 65.995 famílias com domicílio rural, 50,9% são famílias não-agrícolas. O espaço rural apenas como espaço de moradia é realidade para a maioria das famílias rurais, porém a importância do rural somente como local de moradia varia conforme o grupo de município que se observa. Nos municípios classificados como Rural-Baixo e Urbano Pequeno-Médio, a proporção de famílias com domicílio rural que exercem somente ocupações urbanas é menor do que 28%. Nos demais grupos de municípios essa proporção, sempre superior a 50%, chega a alcançar quase 70% das famílias rurais (ver tabela 5).

Essa evidência suscita indagações. Por exemplo, a transformação da área rural em área de habitação de famílias ocupadas em atividades não-agrícolas pode decorrer da pressão do mercado de terras para habitações urbanas. Isto é, são famílias urbanas que, por razões econômicas, estabelecem moradia nas zonas rurais, ou são famílias rurais que se transformam em não-agrícolas? Um estudo mais qualitativo pode responder a essas questões.

<sup>15</sup> Famílias que possuem pelo menos uma pessoa, com 10 anos de idade ou mais, que tenha atividade agrícola na ocupação principal.

Por outro lado, o comportamento dos grupos de municípios mostra a importância decisiva do grau de desenvolvimento econômico e, por decorrência, da dinâmica do mercado de trabalho não-agrícola, tanto na ocorrência de famílias não-agrícolas com domicílio rural quanto na ocorrência de famílias pluriativas, conforme explicitado na seção 3.

Como esperado, a maioria das famílias pluriativas se localizava em áreas rurais, possuía número médio de membros maior do que as famílias agrícolas e não-agrícolas, bem como de pessoas com idades entre 15 e 64 anos (população potencialmente ativa).

Na análise da ocorrência de pluriatividade, é preciso atenção com os dados, pois, considerando o total de famílias em cada grupo de municípios, as maiores proporções de famílias pluriativas estão nos municípios rurais, de baixo e médio desenvolvimento econômico. No entanto, se considerarmos apenas as famílias relacionadas com a agropecuária em termos ocupacionais, ou seja, as famílias agrícolas (em que todos os membros estão ocupados na agropecuária) e as famílias pluriativas (pelo menos um dos membros tem ocupação agropecuária), percebe-se que, nesse conjunto restrito, a participação das famílias pluriativas é significativamente maior nos municípios de alto desenvolvimento, confirmando outra vez que a ocorrência da pluriatividade está relacionada com as possibilidades do mercado de trabalho não-agrícola. É interessante notar, também, que nesse aspecto os municípios do grupo Rural-Baixo apresentam comportamento semelhante ao dos municípios do grupo Urbano Pequeno-Médio e não ao do grupo Rural-Médio.

Outro aspecto importante da pluriatividade é que os que mais se ocupavam de atividades não-agrícolas eram filhos/enteados. Essa característica é indicativa do desequilíbrio entre a quantidade de trabalho familiar disponível e as necessidades do estabelecimento rural; também indica que, na definição familiar, são os mais jovens que buscam as oportunidades de melhores salários/rendas nas ocupações não-agrícolas.

As ocupações não-agrícolas dos membros das famílias pluriativas não evidenciaram um padrão, quando se consideram os grupos de municípios. Em todos os grupos, as atividades com maior proporção de ocupados foram: indústria de transformação; comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas e comércio a varejo de combustíveis; e serviços domésticos.

Na análise das rendas, ficou claro que as ocupações não-agrícolas remuneraram melhor que as agrícolas. Verificou-se que as famílias agrícolas apresentaram a maior proporção de pessoas vivendo com até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo mensal<sup>16</sup>. As famílias pluriativas apresentaram, na mesorregião e também nos grupos de municípios, melhores resultados em termos de rendimentos *per capita* do que as famílias agrícolas. A proporção de cerca de 50% da renda proveniente dos trabalhos não-agrícolas na renda total das famílias pluriativas sugere que as famílias utilizam a pluriatividade como mecanismo estratégico de reprodução.

---

<sup>16</sup> A faixa de rendimento de até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo é comumente utilizada como critério para determinar a linha de pobreza.

As rendas obtidas pelos domiciliados no meio rural indicam a precariedade relativa do trabalho, principalmente das famílias agrícolas, pois em 89% delas a renda familiar *per capita* é de, no máximo, dois salários mínimos. As famílias pluriativas apresentam perfil de renda um pouco melhor; são 77% as famílias com renda familiar *per capita* de até dois salários mínimos. Pode-se concluir, ainda, que as famílias não-agrícolas do meio rural obtêm rendas superiores às das famílias agrícolas e às pluriativas.

A grande questão que este artigo suscita é se esses fenômenos – a pluriatividade e o rural como espaço exclusivo de moradia – são ocorrências eventuais ou refletem uma nova estruturação do rural. Segundo a bibliografia consultada, trata-se de uma nova organização do espaço rural, que ultrapassa a produção agropecuária e incorpora outras funções, sendo a mais evidente a de local de moradia para famílias não-agrícolas. Dessa forma, as políticas públicas precisam incorporar essa realidade, proporcionando novas oportunidades às famílias aí domiciliadas, construindo programas sociais adequados às características dessa população, sem se esquecer de que sua principal característica é o baixo nível de renda.

Outras pesquisas devem buscar conhecer se as evidências da Mesorregião Metropolitana de Curitiba se repetem nas demais regiões do Paraná, principalmente naquelas em que não há aglomerações urbanas de grande porte.

## REFERÊNCIAS

- ANJOS, Flávio Sacco dos. A agricultura em tempo parcial: elementos de discussão para um enfoque sociológico. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, v. 12, n. 1/3, p. 39-54, jan./dez. 1995a. Disponível em: <[www.embrapa.gov.br](http://www.embrapa.gov.br)>. Acesso em: 1 jun. 2004.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. Imprecisões, ambigüidades e contradições. Das sociologias do “rural” às fronteiras imprecisas entre o rural e o urbano. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 33., 1995, Curitiba. **Anais...** Brasília: SOBER, 1995b.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e a agricultura contemporânea. In: ENCONTRO DO PROJETO DE INTERCÂMBIO DE PESQUISA SOCIAL EM AGRICULTURA – Região Sul do Brasil, 7., 1995, Pelotas. **Anais...** Pelotas, 1995c.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, v. 20, n. 1, p. 11-44, jan./abr. 2003. Disponível em: <[www.embrapa.gov.br](http://www.embrapa.gov.br)>. Acesso em: 13 jan. 2005.
- ANJOS, Flávio Sacco dos. Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 17, p. 54-80, out. 2001.
- CAMPANHOLA, Clayton; SILVA, José Graziano da. Desenvolvimento local e a democratização dos espaços rurais. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, v. 17, n. 1, p. 11-40, jan./abr. 2000. Disponível em: <[www.embrapa.gov.br](http://www.embrapa.gov.br)>. Acesso em: 13 jan. 2005.
- CARNEIRO, Maria José. Pluriatividade no campo : o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, n. 32, p. 89-104, out. 1996.

- CORONA, Hieda M. P. Pluriatividade: uma estratégia da agricultura familiar. **Cadernos de Economia**, Chapecó: UNOCHAPECO, v.7, n.12, p.103-133, jan./jun. 2003.
- DEL GROSSI, Mauro Eduardo; SILVA, José Graziano da. Ocupações e rendas rurais no Brasil. In: OFICINA DE ATUALIZAÇÃO TEMÁTICA: Ocupações Rurais Não-Agrícolas, 2000, Londrina. **Anais...** Londrina: IAPAR, 2000. v. 1, p. 35-54.
- FERREIRA, A. D. D. Processos e sentidos sociais do rural na contemporaneidade: indagações sobre algumas especificidades brasileiras. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 18, p. 28-46, abr. 2002.
- IBGE. **Censo Agropecuário Paraná 1995-96**. Rio de Janeiro, 1997.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro, 2002a. 1 CD-ROM.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: informações básicas. Rio de Janeiro, 1998.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: microdados da amostra - Paraná. Rio de Janeiro, 2002b. 1 CD-ROM.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000**: notas metodológicas. Disponível em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)> Acesso em: 15 jun. 2004.
- IPARDES. **Redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. 206 p. (Série caracterização e tendências da rede urbana no Brasil, 6).
- IPARDES. **Tipologia dos municípios paranaenses segundo indicadores socioeconômicos e demográficos**. Curitiba, 2003.
- IPARDES. **Leituras regionais**: Mesorregião Regional Metropolitana de Curitiba. Curitiba, 2004.
- KAGEYAMA, Angela. O subemprego agrícola nos anos 90. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v. 7, n. 1, p. 83-98, maio 1997.
- KAGEYAMA, Angela. Pluriatividade e ruralidade: aspectos metodológicos. **Economia Aplicada**, São Paulo: FIPE/ FEA-USP, v. 2, n. 3, p. 515-552, jul./set. 1998.
- KAGEYAMA, Angela. Pluriatividade na agricultura paulista. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília: SOBER, v. 37, n. 1, p. 35-56, jan./mar. 1999.
- KAGEYAMA, Angela. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v. 48, n. 2, p. 57-70, 2001.
- KAGEYAMA, Angela. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas: UNICAMP/ IE, v. 12, n. 20, p. 65-86, jan./jun. 2003a.
- KAGEYAMA, Angela. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no censo 2000. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília: EMBRAPA, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003b. Disponível em: <[www.embrapa.gov.br](http://www.embrapa.gov.br)>. Acesso em: 1 jun. 2004.
- KAGEYAMA, Angela. Mudanças no trabalho rural no Brasil, 1992-2002. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, v. 51, n. 2, p. 71-84, jul./dez. 2004.
- LUZ, Adilson Bastos. O urbano-rural. **Conjuntura e Planejamento**, Salvador: SEI, n. 106, p. 30-34, mar. 2003.
- MARCONDES, José V. Freitas. A agricultura em tempo parcial no Estado de São Paulo e a industrialização. **Sociologia**, São Paulo: FESPSP, v. 24, n. 1, p. 29-40, mar. 1962.

SCHNEIDER, Sérgio. A agricultura familiar em uma época de transformações: a pluriatividade como estratégia de reprodução social. In: CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Anais...** Brasília: SOBER, 2000.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo: ANPOCS, v. 18, n. 51, p 99-121, fev. 2003.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte: UFMG/FACE/DCE, v. 7, n. 1, p. 43-81, maio 1997.

SILVA, José Graziano da J.; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, n. 11, p. 26-52, out. 1998.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999.



## APÊNDICE

TABELA A.1 - POPULAÇÃO TOTAL, POR SITUAÇÃO DE DOMICÍLIO E POR SEXO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS - MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL						TOTAL
	Urbano			Rural			
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Adrianópolis	762	851	1.613	2.849	2.569	5.418	7.031
Agudos do Sul	740	726	1.466	3.060	2.695	5.755	7.221
Almirante Tamandaré	42.301	42.454	84.755	1.811	1.711	3.522	88.277
Antonina	7.860	7.977	15.837	1.769	1.568	3.337	19.174
Araucária	43.290	42.821	86.111	4.214	3.933	8.147	94.258
Balsa Nova	1.602	1.584	3.186	3.582	3.385	6.967	10.153
Bocaiúva do Sul	1.798	1.764	3.562	2.968	2.520	5.488	9.050
Campina Grande do Sul	13.070	12.903	25.973	4.500	4.093	8.593	34.566
Campo do Tenente	1.789	1.662	3.451	1.509	1.375	2.884	6.335
Campo Largo	38.455	38.768	77.223	8.011	7.548	15.559	92.782
Campo Magro	1.273	1.228	2.501	9.103	8.805	17.908	20.409
Cerro Azul	1.932	1.984	3.916	6.551	5.885	12.436	16.352
Colombo	86.937	88.025	174.962	4.299	4.068	8.367	183.329
Contenda	3.133	3.187	6.320	3.565	3.356	6.921	13.241
Doutor Ulysses	351	350	701	2.818	2.484	5.302	6.003
Fazenda Rio Grande	29.883	29.313	59.196	1.902	1.779	3.681	62.877
Guaraqueçaba	1.314	1.268	2.582	3.101	2.605	5.706	8.288
Guaratuba	11.643	11.513	23.156	2.225	1.876	4.101	27.257
Itaperuçu	8.151	8.083	16.234	1.618	1.492	3.110	19.344
Lapa	11.820	12.250	24.070	9.360	8.408	17.768	41.838
Mandirituba	3.177	3.091	6.268	5.832	5.440	11.272	17.540
Matinhos	12.063	11.937	24.000	96	88	184	24.184
Morretes	3.570	3.583	7.153	4.284	3.838	8.122	15.275
Paranaguá	60.750	61.597	122.347	2.689	2.303	4.992	127.339
Piên	1.358	1.266	2.624	3.784	3.526	7.309	9.934
Pinhais	49.586	51.140	100.726	1.236	1.023	2.259	102.985
Piraquara	16.874	16.955	33.829	20.788	18.269	39.057	72.886
Pólo	760.848	826.467	1.587.315	0	0	0	1.587.315
Portal do Paraná	7.267	6.882	14.149	78	96	174	14.323
Porto Amazonas	1.397	1.331	2.728	754	754	1.508	4.236
Quatro Barras	7.257	7.263	14.520	883	758	1.641	16.161
Quitandinha	1.463	1.583	3.046	6.526	5.700	12.226	15.272
Rio Branco do Sul	10.137	9.912	20.049	5.006	4.286	9.292	29.341
Rio Negro	10.906	11.554	22.460	3.350	2.900	6.250	28.710
São José dos Pinhais	91.434	91.932	183.366	10.978	9.972	20.950	204.316
Tijucas do Sul	932	914	1.846	5.534	4.880	10.414	12.260
Tunas do Paraná	699	646	1.345	1.221	1.045	2.266	3.611
MESORREGIÃO	1.347.821	1.416.765	2.764.586	151.854	137.033	288.887	3.053.473

FONTE: IBGE - Censo Demográfico

QUADRO A.1 - TIPOLOGIA III PARA OS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA, SEGUNDO CLASSIFICAÇÕES DAS TIPOLOGIAS I E II - PARANÁ - 2000

MUNICÍPIO	TIPOLOGIA I (IBGE)	TIPOLOGIA II (IPARDES)	TIPOLOGIA III
Adrianópolis	Rural	Baixo	Rural-Baixo
Agudos do Sul	Rural	Baixo	Rural-Baixo
Cerro Azul	Rural	Baixo	Rural-Baixo
Doutor Ulysses	Rural	Baixo	Rural-Baixo
Guaraqueçaba	Rural	Baixo	Rural-Baixo
Quitandinha	Rural	Baixo	Rural-Baixo
Tijucas do Sul	Rural	Baixo	Rural-Baixo
Tunas do Paraná	Rural	Baixo	Rural-Baixo
Balsa Nova	Rural	Médio	Rural-Médio
Bocaiúva do Sul	Rural	Médio	Rural-Médio
Campo Magro	Rural	Médio	Rural-Médio
Contenda	Rural	Médio	Rural-Médio
Mandirituba	Rural	Médio	Rural-Médio
Morretes	Rural	Médio	Rural-Médio
Piên	Rural	Médio	Rural-Médio
Antonina	Urbano pequeno	Médio	Urbano Pequeno-Médio
Campo do Tenente	Urbano pequeno	Médio	Urbano Pequeno-Médio
Itaperuçu	Urbano pequeno	Médio	Urbano Pequeno-Médio
Lapa	Urbano pequeno	Médio	Urbano Pequeno-Médio
Rio Branco do Sul	Urbano pequeno	Médio	Urbano Pequeno-Médio
Rio Negro	Urbano pequeno	Médio	Urbano Pequeno-Médio
Campina Grande do Sul	Urbano pequeno	Alto	Urbano Pequeno-Alto
Guaratuba	Urbano pequeno	Alto	Urbano Pequeno-Alto
Matinhos	Urbano pequeno	Alto	Urbano Pequeno-Alto
Pontal do Paraná	Urbano pequeno	Alto	Urbano Pequeno-Alto
Porto Amazonas	Urbano pequeno	Alto	Urbano Pequeno-Alto
Quatro Barras	Urbano pequeno	Alto	Urbano Pequeno-Alto
Almirante Tamandaré	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
Araucária	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
Campo Largo	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
Colombo	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
Fazenda Rio Grande	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
Paranaguá	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
Pinhais	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
Piraquara	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
São José dos Pinhais	Urbano médio	Alto	Urbano Médio-Alto
Curitiba	Pólo	Pólo	Pólo

FONTES: IPARDES (2000), IBGE - Censo Demográfico 2000, IPARDES (2003c)